



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO
CNPJ: 07.070.873/0001-10

Fls.: _____ Rubrica: _____
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESTREITO, MA.**

1.2. Os serviços a serem contratados estão detalhados neste termo de referência e nas respectivas tabelas presentes no Documentos de Formalização da Demanda (DFD) e Estudo Técnico Preliminar (ETPs) da contratação conforme tabelas abaixo.

1.3. O valor máximo da contratação é de R\$ **1.769.724,88 (UM MILHÃO, SETECENTOS E SESENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).**

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND.	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 2 TORNEIRAS 220V COM FILTRO	UND	15	3.075,33	46.129,95
2	BEBEDOURO INDUSTRIAL 4 TORNEIRAS 220V COM FILTRO	UND	23	3.628,09	83.446,07
3	BEBEDOURO INDUSTRIAL 4 TORNEIRAS 220V COM FILTRO (COTA DE 25% DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI)	UND	7	3.628,09	25.396,63
4	PURIFICADOR DE ÁGUA COM DUAS TORNEIRAS 220V COM COMPRESSOR	UND	20	627,25	12.545,00
5	GELADEIRA/REFRIGERADOR-CAPACIDADE 280L	UND	15	3.102,50	46.537,50
6	FREEZER DUAS PORTAS HORIZONTAL 546L 220V	UND	23	4.231,83	97.332,09
7	FREEZER DUAS PORTAS HORIZONTAL 546L 220V (COTA DE 25% DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI)	UND	7	4.231,83	29.622,81
8	VENTILADOR DE TETO 3 PALETAS DE ALTA POTÊNCIA 220V (GARANTIA DE 01 ANO) (ASSISTÊNCIA TÉCNICA)	UND	15	390,33	5.854,95
9	VENTILADOR D PAREDE OSCILANTE 50CM 200W BIVOLT TURBO 6 PÁS 220V	UND	25	280,85	7.021,25
10	MAQUINA DE LAVAR ROUPA 15KG	UND	5	2.853,72	14.268,60
11	FOGÃO 4 BOCAS C/ FORNO ACENDIMENTO ELETRICO	UND	10	961,67	9.616,70
12	FOGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS SEM FORNO	UND	20	1.171,41	23.428,20
13	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS 30X 30 SEM FORNO	UND	15	1.726,67	25.900,05
14	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 6 LITROS INOX 220V	UND	20	1.015,00	20.300,00
15	FORNO INDUSTRIAL INOX 90 CM A GÁS GLP COM PEDRA REFRATÁRIA	UND	8	2.066,66	16.533,28
16	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO 220V	UND	75	2.059,77	154.482,75
17	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO 220V (COTA DE 25% DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI)	UND	25	2.059,77	51.494,25
18	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU FRIO 220V	UND	188	3.585,66	674.104,08
19	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU FRIO 220V (COTA DE 25% DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI)	UND	62	3.585,66	222.310,92
20	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24000 BTU FRIO 220V	UND	23	4.530,00	104.190,00
21	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24000 BTU FRIO 220V (COTA DE 25% DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI)	UND	7	4.530,00	31.710,00
22	CENTRAL DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 60000 BTU FRIO 220V	UND	4	12.567,70	50.270,80
23	GELADEIRA FROST FREE 340L 220V	UND	6	2.871,50	17.229,00
VALOR TOTAL:				R\$ 1.769.724,88	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO
CNPJ: 07.070.873/0001-10

PREFEITURA DE
ESTREITO
UM NOVO TEMPO, UMA NOVA HISTÓRIA.
PROCESSO: _____

Fls.: _____ Rubrica: _____
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

1.4. O prazo total do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

1.5. O prazo foi estabelecido com base nas necessidades do órgão ou entidade e na complexidade dos objetos das contratações.

1.6. Há possibilidade de prorrogação do contrato, desde que justificada e previamente autorizada pela Administração, respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente.

1.7. As condições para prorrogação serão estabelecidas em cada contrato específico, observando a necessidade de continuidade da prestação dos serviços ou aquisição dos bens e os limites legais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está sendo conduzida inicialmente pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, em virtude de que vários departamentos ainda não terem sido contemplados com o objeto em questão. A necessidade se dá devido ao aumento de inúmeras salas de aulas estarem sem ar condicionado e com o calor intenso na nossa região está praticamente insalubre as crianças assistirem as aulas. Já os eletrodomésticos também são de suma importância para uma boa equipagem das secretarias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Sabendo que a Prefeitura Municipal de Estreito já instalou mais que **230 aparelhos de ar condicionado, como também fez a aquisição de alguns eletrodomésticos** nos prédios públicos entre eles secretarias e departamentos, porém ainda tem vários lugares que precisam tantos dos equipamentos de refrigeração, como também dos eletrodomésticos.

3.2. Com a aquisição estima-se que possamos estruturar as Secretarias Municipais e seus departamentos com os equipamentos e eletrodomésticos novos, de boa qualidade e que atendam as necessidades das mesmas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.1. A CONTRATADA deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com a sua legislação estadual;

4.2. É de responsabilidade da CONTRATADA entregar tudo em perfeito estado que que for pedido pelo CONTRATANTE.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Ficará a cargo da fiscalização do Contrato a servidora **DORIMA SOARES DE FRANÇA - Diretora de Departamento**.

5.2. As atividades de gestão e fiscalização de contrato consistem em um conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração em suas avenças administrativas, bem como prestar apoio à instrução processual pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação, reequilíbrio, repactuação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO
CNPJ: 07.070.873/0001-10

PREFEITURA DE
ESTREITO
UM NOVO TEMPO, UMA NOVA HISTÓRIA.
PROCESSO: _____

Fls.: _____ Rubrica: _____
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

5.3. Caso ocorram conflitos entre a Administração e a empresa contratada, será estabelecido um processo de mediação e negociação para buscar soluções consensuais. Se a empresa contratada não cumprir com suas obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar penalidades, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável.

5.4. O fiscal ficara responsável pelo recebimento dos objetivos acima supracitados, e que os materiais entregues estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7. O pagamento da empresa será de forma mensal e em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser



realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Considerando o valor estimado e a natureza das contratações, a modalidade de licitação adequada para as três contratações é o Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

9.2. Para a seleção do fornecedor, serão utilizados o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.3. Documentos e requisitos para habilitação: Os fornecedores deverão apresentar os seguintes documentos e requisitos:

9.3.1. Habilitação jurídica: atos constitutivos e suas alterações, inscrição no CNPJ e demais documentos que comprovem a constituição regular da empresa.

9.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista: certidões negativas de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários, bem como de débitos trabalhistas (CNDT).

9.3.3. Qualificação técnica: comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as contratações por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.3.4. Qualificação econômico-financeira: certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

9.4. As propostas apresentadas pelos fornecedores serão avaliadas e comparadas levando em conta os seguintes critérios:

9.4.1. Adequação às especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

9.4.2. Vantajosidade, considerando o valor proposto em relação aos benefícios ofertados.

9.4.3. Economicidade, considerando a eficiência na alocação de recursos públicos.

9.4.4. Sustentabilidade, considerando o impacto ambiental e a utilização de práticas sustentáveis.

9.5. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, conforme previsto na legislação:

9.5.1. Ordem de classificação das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme critérios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

9.5.2. Sorteio, quando os critérios acima não forem suficientes para definir o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO
CNPJ: 07.070.873/0001-10

PREFEITURA DE
ESTREITO
UM NOVO TEMPO, UMA NOVA HISTÓRIA.
PROCESSO: _____

Fls.: _____ Rubrica: _____
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

vencedor.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. Os bens adquiridos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.4.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de



Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.9.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.9.5. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)

11.9.6. Demais documentos solicitados no edital da licitação.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO
CNPJ: 07.070.873/0001-10



Fls.: _____ Rubrica: _____
Prefeitura Mun. De Estreito - MA

como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

12.4. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.5.1. Em licitações para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 7º, § 2º do Decreto Municipal nº 016/2015, bem como o Inciso XI do Art. 17 do Decreto Municipal nº 009 de 1º de março de 2024.

Município de Estreito/MA, aos 12 dias do mês de setembro de 2024.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO T. R.	AUTORIDADE COMPETENTE
PAULO ROBERTO DE LIRA DANDA Secretário Mun. de Adm., Planejamento e Gestão Portaria nº 001/2023 – GAB LC	AUTORIZO NA FORMA DA LEI EM: ____/____/2024 LUAN BRUNO LOBO CAMPOS Secretário Municipal de Finanças Portaria nº 007/2023